

O Nobel e o abandono do espartilho

24-10-98

[Prêmio a Amartya Sen destaca a Economia Política, que recusa artificialismo da economia atual]

[Para economista, a simples consideração da distribuição de renda não resolve]

O prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, diz que o pensamento econômico acatou aquela famosa advertência de fabricante de espartilho: “Se esta peça faz com que a senhora se sinta confortável, então é certeza que a senhora está precisando de um tamanho menor.” Questões sociais e filosóficas que estavam no corpo da “Economia Política” de Smith, Ricardo, Malthus, Marx ou Stuart Mill foram sendo cada vez mais escondidas, dando à atual “Economia” (pura) uma rigidez que mal consegue disfarçar seu artificialismo. Daí a importância da conquista do Nobel de Economia por um dos principais representantes da dissidência formada pelos pesquisadores que se libertaram do espartilho, ou que sempre se recusaram a vesti-lo. Um prêmio Nobel a um adepto da Economia Política foi mesmo “Sen-sacional”, trocadilho que intitula o curto e contrariado comentário da revista *The Economist* sobre a premiação sueca.

Ainda mais aborrecido mostrou-se o *The Wall Street Journal* no editorial “O economista errado venceu”, ao dizer que a fama de Sen ultrapassa em muito a qualidade de seu trabalho. Mesmo assim, seus leitores pelo menos ficaram sabendo que o maior jornal de negócios americano reconhece o prestígio de Sen, apesar de não simpatizar com suas conclusões. O mesmo não ocorreu, infelizmente, com a multidão de leitores dos jornais e revistas brasileiros que foram vítimas de coberturas das mais medíocres e de comentários que beiraram a indignação. Por exemplo, quando disseram que Sen fez “estudos sobre a pobreza e não sobre os mercados”, ou que ele “despreza a noção clássica de que o desenvolvimento de um país deve ser medido apenas pela riqueza que ele é capaz de criar.”

Quem acha possível que um estudo sobre a pobreza não seja um estudo sobre mercados, ou quem supõe que a redução do desenvolvimento ao crescimento possa ter sido “clássica”, é justamente quem mais depressa precisa correr a uma das raras bibliotecas brasileiras que têm as obras de Amartya Sen. O melhor seria começar pelos vinte ensaios reunidos no livro *Resources, Values and Development* (Basil Blackwell: 1984), e principalmente pelo penúltimo (“*Development: Which Way Now?*”) no qual ficam claras as divergências do atual prêmio Nobel com Albert Hirschman, um outro praticante da Economia Política bem mais conhecido por aqui.

Em 1981, mostrando-se muito frustrado com os pequenos avanços dos países periféricos, Hirschman

publicou uma espécie de obituário da chamada economia do desenvolvimento. Para criticá-lo, Sen mostra primeiro que os argumentos mais recorrentes dessa subdisciplina sobre os papéis cruciais da industrialização e da taxa de investimento foram largamente confirmados pelas estatísticas. Depois pondera que as verdadeiras limitações da visão dominante sobre o desenvolvimento estavam sim na sua abordagem do crescimento. Seu argumento central é que o crescimento econômico deve ser entendido como um meio de atingir outros objetivos, e não como um objetivo em si. Ou seja, não se trata de negar o papel crucial do crescimento, mas de entender melhor os benefícios que ele permite alcançar. E é aí que aparece claramente a maior contribuição de Amartya Sen: sua ênfase nas ‘habilitações’ (“*entitlements*”) que geram ‘aptidões ou competências’ (“*capabilities*”). Para Sen a dinâmica do desenvolvimento precisa ser entendida como um amplo processo de popularização de ‘aptidões ou competências’ que decorre da expansão das ‘habilitações’.

Isso pode parecer muito abstrato, mas fica bem concreto quando se pensa que a elemental aptidão de matar a fome não depende do malthusiano dilema entre oferta de alimentos e tamanho da população e sim do direito de ter a renda mínima necessária à compra de comida. A grande falha da economia do desenvolvimento, diz Sen, foi sua tendência a se concentrar muito no aumento da oferta de mercadorias e pouco nas questões relativas à propriedade e à ‘habilitação’. Nesse sentido, a reducionista obsessão pelo crescimento foi um mero subproduto desse desvio. E vai ainda bem mais longe ao afirmar que não seria a simples consideração da distribuição de renda que poderia resolver o problema. Basicamente porque não é tão simples a interação das forças sociais que condicionam as ‘habilitações’. Há inúmeras evidências de que a superação da fome passa essencialmente pela adoção de políticas públicas que, por sua vez, dependem muito do que a ciência política chama de “desempenho institucional”.

Não há como duvidar dessas teses sempre que desenvolvimento puder ser considerado sinônimo de erradicação da pobreza; isto é, a situação básica dos três quartos da população mundial que vivem em cerca de cem países de baixo ou médio desenvolvimento humano. Mas quando se considera países emergentes (aqueles que parecem ter tudo para se desenvolver e não conseguem), como é o caso do Brasil, pode-se supor que repartição da riqueza e distribuição de renda sejam deficiências muito mais sérias do que parecem ao próprio Sen, como foi aqui comentado em 10/01.